



Filiado a FENAJUD

ARACAJU-SE, MAI / AGO - 1999 / N° 16 ANO III

transparência

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDISERJ

Rua de Arauá, 104 - Centro / CEP - 49010-340 / Aracaju-SE
E-mail: sindiserj@eribeiro.com.br

Audiência do SINDISERJ com o Presidente do TJ

Visando reivindicar uma série de direitos para os servidores do Poder Judiciário, o Sindiserj foi recebido pelo Des. Gilson Gois Soares, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no dia 13 de julho. A comissão levou uma pauta contendo 16 itens e foi representada pelo Presidente Cláudio Siqueira Carvalho, Vice-Presidente Jairo Albuquerque e demais diretores, Fátima Guimarães, Zeni Batista e Ronaldson Sousa.

Na pauta constava entre outros temas a Revisão do Plano de Cargos e Salários, Revisão da Gratificação de Insalubridade, Ticket Alimentação, Criação do Adicional de Desempenho entre outros assuntos de importância para os servidores. Apesar de



Des. Gilson Gois, Dr. Jorge e comissão do Sindiserj

muito cordial e aberto ao diálogo, o presidente atestou a impossibilidade de atender todas as solicitações, em consequência da maioria implicar em aumento do custeio. Mesmo assim se mostrou com boa vontade para

o que for possível em proveito dos funcionários.

A contenção de despesas exigidas pelo Poder Executivo inviabiliza tudo o que aumentar a folha de pagamento do Estado. Quanto ao Adicional de

Desempenho, a principal reivindicação do Sindiserj, a presidência achou por bem incluí-la num amplo projeto a ser encaminhado ao Legislativo. Para a concessão haveria a compensação de eliminar horas extras e gratificação de gabinete, permutando em benefício à maioria dos servidores.

Apesar da imprensa e da sociedade acharem que os servidores do Judiciário são os mais bem pagos do funcionalismo público, o que não é verdade, o sindicato continuará lutando por medidas que melhorem a vida de quem move a máquina estatal.

Esperamos que o presidente do TJ cumpra com sua palavra e envie para a aprovação no Pleno, o projeto do Adicional de Desempenho.

AVISO

Firmado novo convênio com Supermercados Prudente Filho. Filiais já podem efetuar compras a partir do dia 25 de agosto.

ATUALIZE-SE

Você é filiado do Sindiserj? Mudou de endereço? Então atualize-se para continuar recebendo nossas informações. Ligue já para o seu sindicato informando-nos o seu novo endereço. Fone: 211-7857 (Falar com Rinaldo ou Joelma)

O Rio prometeu e o CONSEJU cumpriu

Com debates muito importantes sobre a Reforma do Judiciário e polêmicas ideológicas por parte da chapa radical que visava inviabilizar o bom andamento dos trabalhos, o 3º Congresso Nacional de Servidores do Poder Judiciário, nos dias 13 a 16 de maio, conseguiu um saldo muito produtivo em contribuição à melhoria do Judiciário brasileiro. Temas "quentes" como Pacto Federativo, Centrais Sindicais, Súmula Vinculante, Reforma do Judiciário, entre tantos outros, Sergipe

foi representado pela boa atuação da delegação do Sindiserj (Cláudio,

Jairo, Fátima, Zeni e Ronaldson). Saiba tudo na página 3.



Des. Antônio Carlos Amorim e a delegação sergipana

EDITORIAL:

A nova cara do nosso informativo visa tornar mais ágil e fluida a informação para que os nossos leitores estejam a par dos acontecimentos da nossa entidade. Buscamos uma proposta colorida com diminuição das páginas para podermos sintetizar mais as notícias. Não podemos deixar de informar a participação do Sindiserj no 3º Congresso Nacional dos Servidores do Poder Judiciário - CONSEJU, no Rio de Janeiro, nos dias 13 a 16 de maio do corrente ano.

Outro importante acontecimento foi a audiência realizada com o presidente do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, Des. Gilson Gois Soares, pela diretoria do Sindicato (vide pauta de reivindicações nesta edição), visando melhorias e soluções, propostas como a revisão do Plano de Cargos e Salários, da Gratificação de Insalubridade para os funcionários do Centro de Processamento de Dados (CPD), Gratificação de Periculosidade para os Vigilantes Judiciários, entre vários outros assuntos.

Da audiência só pudemos observar a preocupação do presidente em atender as reivindicações dos funcionários, principalmente pela possibilidade de viabilizar um projeto para a criação da Gratificação de Desempenho para o Poder Judiciário. Essa medida seria mais justa e igualitária para todos os servidores, principalmente para os que sofrem com salários irrisórios.

Toda a discussão com o presidente, por sinal muito amigável, esbarrou na questão das dificuldades financeiras por que passa o Estado. Essa quebradeira, segundo o presidente Gilson Gois, inviabiliza qualquer aumento, ou melhoria que venha servir de fermento para a já inchada folha de pagamento do Estado. Porém, continuaremos martelando a possibilidade de melhora.

Dos três Poderes, o Judiciário é o que mais recente a falta de reajustes salariais. Esquecem que o Legislativo não abrange todo o Estado, seus distritos e suas comarcas e tem por missão primordial satisfazer todas as "broncas" da sociedade sedenta por Justiça.

Apesar de não termos aumento nos últimos cinco anos, a folha de pagamento do Judiciário cresceu em 68%, isso ocorreu devido ao aumento da prestação jurisdicional por todo o Estado. Segundo o Presidente Gilson Gois, "não há lógica querer comparar o Judiciário com o Legislativo. (...) A solicitação é direta da população e todas as causas são encaminhadas à Justiça."

A nossa responsabilidade é grande, mas continuaremos na luta. Confira também nessa edição, assuntos como a Central de Mandados, as informações rápidas sobre assuntos diversos de interesse dos servidores. Boa leitura.

DÁ UM TEMPO

O Governo do Estado mudou a data de pagamento do Poder Judiciário do dia 25 para o dia 30, pelo segundo mês consecutivo. Tudo leva a crer que nosso governante está querendo sacrificar mais uma vez os servidores e fixar essa nova data de pagamento. Essa medida, como já dá pra perceber de cara, afetou a vida de todos os servidores da Justiça que tiveram de remanejar datas de cartões, de pagamentos, de cheques pré-datados etc. Será que esse nosso Governador não tem uma notícia melhor para nos dar além de arrocho, arrocho e arrocho? Lembrem-se que são 5 anos sem nenhum aumento salarial. Deus nos acuda!

CHEQUE-CONVÊNIO

O Tribunal de Justiça está exigindo a aplicação da Lei Estadual nº 2.148 de 21.12.77, que determina o desconto de 30 % dos vencimento líquido para desconto em folha. Isso implica dizer descontos com planos de saúde, empréstimos bancários e utilização de cheque-convênio estarão incluídos na margem consignada. Com isso, haverá uma redução de crédito nos diversos convênios do Sindiserj. Essa medida deveria ser adotada há dois anos, mas o sindicato vinha protelando até a recente data. Porém a assessoria jurídica está obrigando que seja cumprida rigorosamente a lei. Dúvidas? Procurar o Sindiserj.

NOVA SALA NO BESSA

O Sindiserj está com uma nova sala no Fórum Gumersindo Bessa, localizada na área administrativa, facilitando o acesso ao filiado e motivando suas visitas. O local atual destoa da antiga sala que ficava perto da garagem, era desconfortável e de difícil localização. Tudo isso, graças a Drª Josefa Paixão, diretora do Fórum Gumersindo Bessa.

VOCÊ SABIA?

Que o Banese não paga aluguel no Fórum Gumersindo Bessa, usufruindo de uma sala no local, enquanto o restaurante, que tanto tem importância para os funcionários pagava um aluguel de R\$ 600,00 (seiscentos reais) ao mês?

POSSIBILIDADE

Durante a última reunião com o presidente do Tribunal de Justiça, a diretoria do Sindiserj vislumbrou a possibilidade de um convênio entre o Sesc e o TJ. Confirmando o convênio quem ganhará é o servidor que usufruirá de uma comida de boa qualidade a um preço acessível.

AVISO GERAL

Os serventários que requererem remoção e os seus pedidos forem deferidos pelo Tribunal Pleno terá a partir do ato publicado, quinze (15) dias para tomar posse.

CONVÊNIO BANESE

O Sindiserj está viabilizando a possibilidade de convênio com a Associação Atlética do Banese, na Atalaia, para que o filiado tenha mais uma boa opção de lazer e entretenimento. Com uma mensalidade relativamente barata, os associados poderão se beneficiar de piscina, bares, salão de festas, entre outras opções.

PROSPERIDADE

Na próxima edição do nosso informativo, o filiado saberá novidades sobre o crescimento do sindicato.

URVTÁ LÁ

O processo de recuperação das perdas salariais pela conversão de cruzeiro em real está na Procuradoria Geral do Ministério Público Federal, em Brasília, desde o dia 03 de maio do corrente ano. Sob as mãos do Ministro Relator José Arnaldo da Fonseca, um sergipano. Vamos torcer e aguardar um resultado positivo.

AUMENTO DA UNIMED

Depois de 24 meses sem reajuste, o convênio com a Unimed sofreu um reajuste de 3,88% a partir do mês de julho, ficando ainda sujeito à elevação do percentual no mês de dezembro enquanto se estiver adaptando o contrato pela lei federal. Caso não se chegue a um entendimento a Unimed não pode mais aceitar o contrato antigo.

CURSOS PARA FUNCIONÁRIOS

O Sindiserj está fazendo o possível para aperfeiçoar os serviços de atendimento ao filiado. Para isso está matriculando seus funcionários em cursos de recepção e atendimento ao público. Os funcionários Joelma Santana e Marcelo, estão matriculados no SENAC.

NOVA MAMÃE

A nossa Secretária de Economia e Finanças, Gercária de Jesus Santos, está feliz da vida com a chegada de sua filha, Letícia. A menininha nasceu muito saudável e esperta. Felicidades para a mamãe, que está afastada temporariamente da nossa entidade em gozo de licença-maternidade.

transparência

- Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDISERJ

Presidente

Claúdio Siqueira Carvalho

Vice-Presidente

Jairo Cardoso de Albuquerque

Secretária Geral

Maria de Fátima Guimarães

Secretária de

Economia e Finanças

Gercária de Jesus Santos

Secretária de

Formação Sindical

Zeni Batista dos Santos

Secretário de Cultura,

Esporte e Lazer

José Ribeiro dos Santos

Secretário de Mob.

Divulgação e Imprensa

José Ronaldson Sousa

Suplentes

Antônio André Ferreira

Rosimeire Calazans dos Santos

Conselho Fiscal

José Soares dos Santos Filho

José Martiliano dos Santos

José do Patrocínio Moura

Suplentes

Rosa Cristina Andrade Murad

José Lauro Oliveira Santos

Jornal transparência

Direção:

Claúdio Siqueira Carvalho

José Ronaldson Sousa

Jornalista Responsável:

Cristiane Rezende - DRT/SE 657

Editoração Eletrônica:

Geraldo Costa (079) 251-1314

Impressão: Gráfica J. Andrade

Tiragem: 1500 exemplares

CONSEJU

Rio de Janeiro prometeu e cumpriu

Com relação à participação de Sergipe, a delegação atuou de forma direta e sensata, em determinado momento foi questionado a legitimidade do voto das outras delegações que estavam irregulares. Estando apenas Sergipe e parte de Minas Gerais, como únicos participantes estritamente regularizados com o que rege o estatuto. Após uma reunião entre MG e SE, ficou com a delegação sergipana a decisão de se estender ou não o voto a todos os participantes.

Sergipe diante do empenho de se criar um congresso tão bem estruturado, Sergipe representado por Jairo Albuquerque tomou a palavra e decidiu pela liberação dos votos, evitando assim que se esvaizasse o congresso com apenas as duas delegações votando e elegendo a nova diretoria. Uma posição sensata que deveria se tomar como exemplo para as outras delegações (correntes radicais) pelo fato e maneira de agir. Que de forma egoísta trata só de seus interesses.

Cláudio

Enquanto parte da delegação estava voltada para as palestras e debates, o presidente Cláudio Siqueira Carvalho participava na elaboração da ata que fecharia o balanço da Federação e também da fiscalização das prestações dos balanços contábeis que as correntes radicais tinha como certa a sua reprovação. Fato que foi debatido insistentemente visando desestabi-

lizar o bom andamento do Congresso – quando o Vice-Presidente Jairo Albuquerque pediu a palavra e enfatizou os aspectos inerentes à divergência criada dentro da própria diretoria por interesses pessoais e políticos. Não se podendo cobrar da diretoria anterior um melhor trabalho devido ao racha político dentro da própria Federação.

Divergências

A divergência estava na própria corrente dos radicais, que em determinado momento fundamentava que as contas estariam irregulares e por isso a diretoria deveria ser punida, enquanto outros membros afirmavam a irrelevância das contas e que a importância maior estava na falta de atuação da atual diretoria – foi quando o nosso Vice-Presidente Jairo Albuquerque tomou a palavra e afirmou que o interesse maior estaria em desestabilizar o Congresso e consequentemente a Chapa I, tendo como base a diretoria anterior e a maioria dos congressistas. Jairo afirmou ainda: “a diretoria atual não desenvolveu um trabalho melhor foi em função do racha existente, provocado por essas correntes reacionárias que visavam apenas interesses pessoais e políticos. A partir daí, o Congresso fluiu normalmente, com as votações, ainda que polêmicas, etc.

O resultado

O resultado de tudo foi que a Chapa I venceu de forma esmagadora,



Jairo Cardoso com participantes do Conseju

tendo ainda no seu discurso final o membro da diretoria elogiando o trabalho desenvolvido por Claudio Siqueira Carvalho, na última gestão e convidando-o para que se continuasse na próxima gestão na chapa vencedora. Fato que contrariava a vontade do nosso companheiro Cláudio devido a grande carga de trabalho já existente dentro do Sindiserj. Porém a sua presença foi exigida pelos colegas, pela sua idoneidade e responsabilidade, fatos aqui em Sergipe já comprovados.

Participantes

Deram suporte nas discussões da delegação de Sergipe: Zeni Batista, Fátima Guimarães, Jairo Albuquerque e Ronaldson Sousa. Este último como delegado e colaborando na cobertura do evento, dos congressistas e palestrantes. As reuniões da delegação sergipana serviam, durante o Congresso, para que as decisões de voto e de apoio à Chapa I fossem bem seguras e com fundamento nas propostas para a melhoria da Fenajud.

O que é merecimento para o Poder Judiciário?

Não entendemos quais são os critérios em relação ao merecimento no Poder Judiciário do Estado de Sergipe: as empresas privadas costumam exigir cada vez mais um grau de escolaridade e titularidade (como a Mesbla que para as funções de caixa e balconista era preciso que fossem universitários). Já no Poder Judiciário quem estuda muito parece não ter mérito algum. E não entendemos porque só visar o diploma de Bacharel em Direito, enquanto as outras graduações são tão importantes quanto, porém no TJ o ocorre o inverso: são pouco valorizadas. A Justiça Federal por sua vez, reconhece outros cursos como Administração, Ciências Contábeis, Economia, quando se relaciona à função do Oficial de Justiça.

O que não se entende é que se uma pessoa cursou uma faculdade, ela investiu em seu currículo, consequen-

temente pelo raciocínio lógico, passa a ter uma maior qualificação. E esta deveria ser levada em conta por qualquer órgão ou empresa que tenha como objetivo melhorar a qualidade dos seus serviços prestados.

Crítica

Sabemos que no serviço público, não se valoriza o funcionário da casa onde se tem pessoas qualificadas como: jornalista, professor, administrador, economista, assistente social, contador, bacharel em direito, se buscando profissionais de fora, com custo elevado, desestimulando o servidor público. Que em alguns casos terminam se desvinculando do serviço público, passando a prestar serviço para o estado, através de consultoria, e outros serviços que o Estado necessita. Daí um dos motivos do serviço ser descreditado. Merecimento.



Delegação sergipana após votação da Chapa 1

TJ cria Central de Mandados

Visando agilizar e melhorar a distribuição dos mandados expedidos pelos oficiais e secretarias de varas cíveis e criminais de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão como também dos Juizados Especiais dessas comarcas se criou a Central de Mandados. Na oportunidade, se fez presente uma comissão de Avaliadores, estes diretamente ligados à implantação da Central de Mandados por perderem o direito de receber as custas das avaliações. Fizaram-se presentes José Everton, Dinah Melo, Elza Félix, sendo que esta última perdeu a substituição da 6ª Vara Cível da capital. Assuntos que

já estão sendo resolvidos entre Sindiserj e Corregedoria Geral.

Em síntese, as comarcas serão divididas em áreas com os oficiais de Justiça que se fizerem necessários. Os mesmos a partir de sua implantação se desvincularão de suas respectivas varas como também dos juizados especiais ficando à disposição da Central de Mandados. Funcionará em dois turnos corridos de seis horas, haverá o controle informatizado de distribuição e recebimento, como também será determinado prazo de devolução. Maiores informações poderão ser encontradas no *Diário da Justiça* de 07.07.99.



Des. Paschoal, Juiz Corregedor Ricardo Múcio de Abreu, Cláudio Siqueira e avaliadores



Des. Paschoal, Juiz Corregedor Ricardo Múcio de Abreu, Cláudio Siqueira e avaliadores

mediante a Resolução no 10/99.

A diretoria do Sindiserj esteve no dia 12 de julho para rever alguns pontos conflitantes na Central de Mandados. Um dos pontos discutidos foi o livro de ponto para os Oficiais de Justiça. O Sindicato alegou que seria impraticável essa norma para os oficiais, devido as suas atividades serem externas. A medida que recebem os mandados na Central, já estão afirmando a presença na Central. Proposta aceita pelo Juiz Corregedor Ricardo Múcio de Abreu se comprometendo rever essa situação para não comprometer o funcionamento da Central de Mandados.

Tratando-se ainda dos padrões de certidões utilizadas pelos Oficiais de Justiça isso é relativo. Em determinadas situações não podem ser adotadas o sistema padrão e sim de acordo com os fatos encontrados pelos oficiais é necessária a transcrição.

A princípio vai dividir em áreas e sortear os oficiais de justiça para a execução dos mandados por um período de seis meses. Quem deve funcionar a partir de setembro do presente ano e vai preparar cursos de aperfeiçoamento para os servidores que irão compor a Central de Mandados juntamente com os oficiais de justiça.

Medidas cortantes

O Governo do Estado após a reunião patrocinada pelo governador Albano Franco, em que foi promovido o Encontro dos Governadores de Estado que, digase de passagem, segundo a imprensa não teve eficácia nenhuma. Trouxe somente a amarga notícia, entre tantas dos últimos tempos, de contenção, solicitando que fosse cortado 100 mil reais do orçamento do Tribunal de Justiça, como se não bastasse a precária situação por que passa o servidor do Judiciário, como também as difíceis condições de trabalho.

Segundo declarações do presidente do TJ, Des. Gilson Gois Soares, a folha de pagamento estaria preservada desses cortes. Antes que o funcionário pense

em melhorar suas condições salariais o Governo age contra quem move a máquina estatal, tirando qualquer possibilidade de melhorias. Apesar de ter se gastado pouco no Poder Judiciário, pelo motivo do órgão ser grande e com responsabilidades imensas para com a sociedade.

AS PEDRAS DO CAMINHO

O Oficial de Justiça em substituição sofre acidente grave enquanto se dirigia à Comarca de Carira para exercer suas funções. Por pouco não perdeu a vida, quando a Topic que o transportava estourou o pneu, vindo a capotar na pista por três vezes.

O que observamos é que esses funcionários, no caso específico de Nivam que é Avaliador Ju-

diciário, desempenhando essa função há mais de 5 anos e alguns meses, sendo um pouco mais de 3 anos substituindo na Comarca de 2ª Entrância de São Cristóvão, (tendo como área de serviço 62 povoados de São Cristóvão, todo o município de Aracaju, Socorro e Itaporanga e mais o serviço de levantamento eleitoral), vem lutando para ter essa situação regularizada, ou melhor, seja reconhecida pelo Tribunal de Justiça.

Esses funcionários foram aprovados no concurso de Oficial de Justiça e por não ter vaga para Oficial de Justiça no período em que foram chamados e ansiosos para ingressar no Poder Judiciário, aceitaram a vaga de Avaliador Judiciário, enquanto aguardavam vaga para Oficial.

Em decorrência de mudanças ocorridas no cargo, essa oportunidade passou a ser negada e esses profissionais tendo na prática comprovada a sua competência e capacidade, ficaram de fora sem ter sua situação regularizada. A grande pedra do caminho é a seguinte: a situação agora é mais preocupante devido à possibilidade de extinção desses cargos.

O mais interessante é que, embora estando em serviço, caso sofresse algo com ele, teria seu salário cortado e reduzido para o de Avaliador sem que fosse considerado o seu trabalho prestado ao TJ, pois trata-se simplesmente de uma substituição, sem poder de incorporação ao seu salário.